

# Sessões se estenderão até quarta-feira

BRASÍLIA — Para evitar uma convocação extraordinária do Congresso Nacional, com um pesado ônus financeiro para os cofres públicos, os Líderes do Governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), e no Senado, Ney Maranhão (PRN-PE), passaram o domingo convocando os parlamentares dos partidos que dão sustentação ao Governo para voltarem à Brasília e comparecerem às sessões do Congresso, que se estenderão até a próxima quarta-feira. A estratégia é prolongar os trabalhos por três dias para assegurar quorum às votações, livrando os políticos do desgaste deste fim de semana, quando apenas 64 parlamentares compareceram a sessão de sábado.

Ainda precisa ser votada uma extensa pauta, com muito pontos polêmicos, como a Medida Provisória das mensalidades escolares. As vésperas do recesso, o Executivo encaminhou oito Medidas Provisórias do Pacote Fiscal, que darão um reforço no caixa do Tesouro estimado em Cr\$ 100 bilhões e outras três estão sendo esperadas para hoje. Além disso, os congressistas têm pela frente o parecer do Deputado João Alves (PFL-BA) sobre o Orçamento da União, que o PT quer modificar a todo custo

para garantir maiores recursos à Seguridade Social.

Segundo Ney Maranhão, o objetivo é aprovar primeiro as novas Medidas Provisórias e, depois, o Orçamento da União. E por um motivo simples: aprovado o Orçamento, automaticamente o Congresso entra em recesso, obrigando uma convocação extraordinária.

Ontem, Ney Maranhão e o Senador José Ignácio (PST) se dividiram na convocação dos senadores, enquanto o Líder do PFL, Ricardo Fiúza, e Humberto Souto fizeram contato com os deputados que se ausentaram de Brasília neste fim de semana. Para hoje está marcada uma sessão do Senado às 10h e, possivelmente, nova plenária à tarde, para encerrar os trabalhos da Casa — ainda estão pendentes importantes projetos como os que autorizam a rolagem da dívida dos Estados e municípios e a cobrança da Taxa Rodoviária. O projeto de resolução sobre os parâmetros de negociação da dívida externa e normas de funcionamento do Ministério Público Federal não serão incluídos no regime de urgência, ficando para a próxima legislatura, informou Maranhão.